

GOSTAVA DE NÃO TER RAZÃO

Eleições: governabilidade à vista



JANUS

Como antecipado, a coligação AD foi novamente a força mais votada, ampliando a sua vantagem, embora sem atingir a maioria absoluta. O PS, com Pedro Nuno Santos, sofreu uma das derrotas mais duras da sua história. A estratégia de radicalização à esquerda revelou-se ineficaz, como tantos previam. Ignorou o eleitorado moderado e confiou em conselheiros que o afastaram da realidade. Parte significativa da comunicação social apoiou-o de forma acrítica, reforçando a ilusão. O CHEGA contrariou todas as previsões e reforçou a sua presença no Parlamento, podendo tornar André Ventura o novo líder da oposição, especialmente se o partido consolidar os mandatos nas comunidades portuguesas no estrangeiro. A Iniciativa Liberal cresceu, mas não o suficiente para influenciar diretamente a formação do governo. Já a esquerda radical praticamente desapareceu do mapa político, à exceção do Livre, que beneficiou da imagem moderada e humanista de Rui Tavares. Com mais de dois terços de representação parlamentar, a direita tem agora poder para promover uma revisão constitucional — um cenário inédito nas últimas décadas. A esquerda, incluindo o PS, enfrentou o pior resultado em 50 anos de democracia, o que levanta questões



A direita alcança maioria histórica no Parlamento, abrindo caminho a uma possível revisão constitucional



sobre o seu futuro e o modelo político vigente. Luís Montenegro sai reforçado e com maior margem para governar. A estabilidade que se avizinha será um teste à sua capacidade executiva. O CHEGA poderá adotar um tom mais moderado para manter relevância. O PS precisa de reconstrução interna e de novo rumo. A IL manterá vigilância reformista. A extrema-esquerda definhará, e o PCP vê os seus últimos bastiões ruir, como no Alentejo e na margem sul. O Bloco parece esgotado, e só Mariana Mortágua ainda não entendeu a realidade. A crise gerada pela Comissão de Inquérito à empresa da família Montenegro caiu no esquecimento. Quem provocou a queda do governo com base nessa questão, como o PS, sai agora fragilizado. Os media, que exploraram o caso até à exaustão para favorecer o regresso da esquerda, mostraram-se ideologicamente comprometidos e ineficazes na sua análise. Foram ultrapassados por redes sociais e pela realidade que fingiram não ver.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS: O ESTADO CONTRA O PAÍS
Portugal ultrapassou os 760 mil funcionários públicos — um recorde absoluto, mas que não reflete qualquer melhoria nos serviços essenciais. Saúde, educação, justiça: todos os setores sofrem degradação contínua. O paradoxo é gritante: quanto mais se contrata, pior é o serviço. A burocracia cresce, o tempo de resposta alonga-se e o cidadão desespera. O Estado tornou-se um fim em si mesmo, existindo não para servir, mas para se servir. Quem entra para o setor público prioriza a estabilidade e os direitos adquiridos, não os resultados nem o mérito. A progressão baseia-se na antiguidade, não na competência. A esquerda defende um país estatal, igualitário na mediocridade. Mas a direita não fez diferente. A AD manteve o rumo do governo anterior, inchando a máquina. O CHEGA, por sua vez, apresenta um discurso populista e contraditório, prometendo tudo a todos — uma receita que, levada à prática, precipitaria o país numa crise orçamental sem precedentes. A digitalização da administração pública, tida como solução milagrosa, apenas criou mais obstáculos: plataformas que não funcionam, sistemas que não comunicam entre si e procedimentos que continuam a exigir presença física. Resultado: mais despesas, menos eficiência. O Estado engorda à custa dos contribuintes, exigindo cada vez

mais impostos às famílias e empresas apenas para alimentar a sua estrutura mastodôntica. Esta deveria ter sido uma questão central nas eleições. Contudo, foi habilmente ignorada por quase todos os partidos, revelando a superficialidade do debate político, a cumplicidade dos media e o desinteresse de uma sociedade que prefere discutir futebol a políticas públicas. Temos o país que deixamos existir.

FUNDOS COMUNITÁRIOS: EXECUÇÃO QUASE INEXISTENTE
O PRR e o Portugal 2030 tornaram-se o espelho da ineficácia do Estado em utilizar recursos. Em vez de impulsionarem a economia, estes fundos alimentam a máquina burocrática. Programas mal desenhados, pensados sobretudo para entidades públicas, afastam a iniciativa privada. As regras são complexas, os prazos irrealistas e o processo kafkiano. Os dados são claros: apenas um terço dos projetos foram aprovados até agora. Quando falamos em execução real — ou seja, pagamento e concretização — os números são ainda mais dramáticos. As empresas que ousam candidatar-se enfrentam uma longa via-sacra. No fim, arriscam-se a devolver verbas ou a enfrentar problemas legais por falhas formais. Os gestores públicos, protegidos pela estabilidade do cargo, estão mais preocupados em não errar do que em decidir. A cultura do “não decidir é mais seguro” prevalece. Como consequência, os fundos ficam por utilizar, o país perde competitividade e aumenta a distância em relação às economias do Leste europeu, mais eficazes e ágeis. Se o objetivo era desacostumar Portugal dos fundos europeus, então esta é, de facto, a única política que está a funcionar como previsto.

TRUMP E A PERDA DE PRESTÍGIO INTERNACIONAL DOS EUA
A política externa “transacional” de Trump, centrada no imediato e nos interesses comerciais, substitui as alianças tradicionais por negociações ao estilo de feira. Não há fidelidade diplomática nem princípios duradouros — apenas oportunidades momentâneas. A ameaça a aliados históricos e a proximidade com regimes autoritários são o reflexo dessa abordagem. Apesar da aparência de força, a economia americana vive sobre desequilíbrios perigosos. Défices gémeos — externo e público — seriam motivo de alarme em qualquer outro país. Só o privilégio do dólar como moeda de reserva sustenta a ilusão.



Portugal regista um número recorde de funcionários públicos e falha na execução de fundos europeus



Mas a máquina de imprimir dinheiro não é infinita. A imposição de tarifas às importações é, na prática, uma austeridade encapotada. O custo não é assumido internamente, mas transferido para os parceiros comerciais. A instabilidade nos mercados, o aumento da inflação e a desvalorização da dívida americana são sinais de alerta. O mundo começa a duvidar da solidez dos EUA. O eleitorado de Trump, iludido com promessas de grandeza, enfrentará a dura realidade quando perceber que a prosperidade prometida não se concretiza. A frustração será inevitável. E o choque pode vir mais cedo do que se imagina.

FAZER OURO DE CHUMBO: A CIÊNCIA AVANÇA
Num mundo marcado por retrocessos sociais e políticos, a ciência continua a surpreender. O projeto ALICE, do CERN, conseguiu o impensável: transformar chumbo em ouro. Um feito simbólico que remete para os sonhos dos alquimistas medievais, mas que agora é alcançado com base na física avançada e no esforço internacional de milhares de investigadores. Este progresso lembra-nos que a humanidade, apesar de tudo, continua a evoluir. Mitos de ontem são realidades de hoje. A ciência já nos levou à Lua, permite manipular genes, explorar partículas subatómicas, criar inteligência artificial e até simular consciência. As fronteiras do possível alargam-se diariamente. Num tempo em que tantos duvidam do futuro, é reconfortante lembrar que o verdadeiro motor da esperança está no conhecimento, na descoberta e na capacidade humana de superar limites. Se conseguirmos fazer ouro do chumbo, talvez ainda possamos fazer luz no meio das sombras.



EXPERIMENTE UMA NOVA FORMA DE FINANCIAR O CRESCIMENTO E O FUTURO DA SUA EMPRESA.

- ✓ Simples e sem burocracias
- ✓ Aprovação em 48 horas
- ✓ Condições competitivas



Financiamento sujeito a análise. A Raize é uma plataforma de financiamento colaborativo por empréstimo autorizada e supervisionada pelo Banco de Portugal e pela CMVM.